

Pressupostos metodológicos para análise do jornalismo audiovisual fronteiriço a partir das ideias decoloniais

*Methodological assumptions for the analysis of border audiovisual journalism
from decolonial ideas*

José Tarcísio da Silva Oliveira Filho¹

Universidade Federal de Roraima – Boa Vista/Roraima
jtarcisiofilho@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-5006-9511>

Norah Shallymar Gamboa Vela²

Universidad Nacional Experimental Simón Rodríguez – Caracas/Venezuela
norahpa@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-3844-534X>

RESUMO: O artigo possui o objetivo de problematizar o telejornalismo brasileiro, em especial o produzido em regiões de fronteira, por meio da perspectiva epistemológica-política dos estudos decoloniais. Através de pesquisa bibliográfica, estabelece pressupostos metodológicos para análise das narrativas jornalísticas audiovisuais produzidas em e sobre faixas de fronteira. O telejornalismo é tomado como espaço privilegiado para circulação de narrativas que podem contribuir para o giro decolonial, quando pessoas afetadas pela colonialidade adquirem atitudes para se distanciarem dos imperativos que são impostos às elas, como a colonialidade do saber, poder e ser. Entre as principais conclusões, considera-se que é possível articular as ideias decoloniais ao telejornalismo, em especial, o produzido em regiões de fronteiras, o que demanda métodos específicos para a sua análise no meio acadêmico.

Palavras-chave: Audiovisual; Decolonialidade; Fronteiras; Giro Decolonial; Telejornalismo.

ABSTRACT: This article aims to problematize Brazilian television journalism, particularly that produced in border regions, through the epistemological and political perspective of decolonial studies. Based on bibliographical research, it establishes methodological assumptions for the analysis of audiovisual

¹ Doutor em Comunicação (UFMG), Mestre em Comunicação (UFMG) e Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (UFV). Professor e Pesquisador do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima.

² Doutora e Mestra em Ciências da Comunicação (USP). Licenciada em Comunicação Social pela Universidade Central da Venezuela. Professora e pesquisadora da Universidad Nacional Experimental Simón Rodríguez (Venezuela), atuando no Programa de Estudios Post-doctorales en Filosofía y Ciencias Humanas en Nuestra América.

journalistic narratives produced inside and about border regions. Television journalism is approached as a privileged space for the circulation of narratives that may contribute to the decolonial turn, as people affected by modern colonialism develop attitudes that allow them to distance themselves from the imperatives imposed upon them, such as the colonality of knowledge, power, and being. Among the main conclusions, the study argues that it is possible to articulate decolonial ideas within television journalism, especially that produced in border regions, which require specific analytical methods in academic research.

Keywords: Audiovisual; Borders; Decoloniality; Decolonial Turn; Television Journalism.

Recebido em: 15/06/2025

Aprovado em: 01/11/2025

INTRODUÇÃO

Discutir o telejornalismo a partir das ideias decoloniais envolve problematizar não apenas o que é visível nas telas, mas também como as instâncias de produção se organizam e por quem são compostas. Mesmo o Brasil sendo um país dito “em desenvolvimento”, em que as heranças coloniais ainda permeiam as relações sociais, os telejornais das emissoras comerciais, que chamamos de hegemônicas por atraírem a maior parte das verbas e das audiências, reproduzem muitos dos corpos, modelos e narrativas que reforçam a posição de condenado daquelas pessoas que mais sofreram e sofrem com a colonialidade. Tais opressões se tornam ainda mais evidentes em regiões onde a permanência e o trânsito das chamadas populações do Sul (Santos, 2021) são frequentes, como as localizadas nas faixas de fronteiras geopolíticas.

Este artigo tem o objetivo de problematizar o telejornalismo brasileiro, em especial o produzido em regiões de fronteira, por meio da perspectiva epistemológica dos estudos decoloniais. Para isso, aciona os aportes teóricos sobre telejornalismo contemporâneo, fronteiras e decolonialidade, com o intuito de estabelecer pressupostos metodológicos para análise das narrativas telejornalísticas produzidas em e sobre regiões de fronteira. A pesquisa é vinculada ao Laboratório Lugares e Espaços Contemporâneos: Jornalismo,

Migrações e Audiovisual (UFRR/CNPq), que tem realizado investigações voltadas à reflexão sobre as representações midiáticas envolvendo os fenômenos migratórios na região tríplice fronteira do estado de Roraima, Norte do Brasil.

A pesquisa utiliza a metodologia de pesquisa bibliográfica (Stumpf, 2005) e se justifica pela demanda de procedimentos metodológicos que considerem as disputas que perpassam a sociedade, com ênfase naquelas oriundas da colonialidade. Para isso, são utilizadas, entre outras, as reflexões de Maldonado-Torres (2024), que por meio de teses, contribui com elementos e ações relevantes para que os chamados sujeitos condenados possam abrir seus corpos para o questionamento e, assim, efetuar o que denomina de “virada decolonial”. Neste sentido, defendemos que o telejornalismo se torna um lugar privilegiado para produções de narrativas que contribuam para o questionamento e a ação decolonial.

1 CONTEXTUALIZANDO A DECOLONIALIDADE

A decolonialidade, enquanto projeto acadêmico-político que envolve o conhecimento, os saberes e a resistência dos povos que foram vítimas das opressões colonizadoras, como as populações afrodiaspóricas, é pautada pelos vieses da liberdade e da transformação social. Portanto, falar de decolonialidade é trazer para a superfície problemáticas que possuem origem na dominação colonial moderna, mas que permanecem presentes de modo violento na realidade dos países chamados de “em desenvolvimento”, como o racismo, a crítica ao eurocentrismo e ao cientificismo e as perspectivas interseccionais (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2024; Quijano, 2005).

Uma das críticas aos estudos decoloniais realizada por Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2024), se trata de que suas ideias não se traduzem em intervenção social, o que nos convoca a abordar o telejornalismo como um espaço possível de circulação de narrativas decoloniais, mesmo que antes, demande uma análise crítica sobre a forma como o jornalismo audiovisual, em especial o brasileiro, se configurou com base na linguagem, nos modelos e

nos padrões do Norte global. Conforme estudiosos da Rede de Pesquisadores em Telejornalismo (Rede Telejor) apontam (Porcello, 2011), o telejornalismo é como uma praça pública, pois possui referencialidade no meio social, refletindo debates, problemas e identidades que fazem parte do cotidiano brasileiro, um país em que a televisão ainda possui grande adesão, chegando a 93,3% dos domicílios em 2024 (Loschi, 2025). Porém, para refletir sobre o telejornalismo sob a perspectiva decolonial, é preciso se aprofundar neste projeto acadêmico-político.

Nelson Maldonado-Torres (2024) demonstra que, conceitualmente, há uma relação de codependência entre colonialidade e decolonialidade, envolvendo múltiplas ideias que perpassam pelas noções de modernidade, descoberta, colonialismo e descolonização. Assim, no intuito de contribuir com tais articulações, o autor propõe 10 teses que permeiam este exercício. Devido à extensão de suas descrições, aqui buscamos sintetizar aquelas que permitem compreender melhor a problemática proposta pela presente pesquisa.

A primeira tese considera que os conceitos de colonialismo e descolonização geram ansiedade por romper com as seguranças atreladas ao sujeito-cidadão e às instituições modernas, pois desestabilizam aspectos geopolíticos e normativos ligados à dominação colonial, como, por exemplo, as demarcações dos estados e as instituições/regras que servem para fundamentar a noção de civilização moderna. Ademais, traz a percepção do colonizado como um questionador e potencial agente – o que leva os demais membros da sociedade a quererem minimizar suas lutas, uma espécie de *priori performativo*, que significa a evidência da atitude colonial decadente “que tende a ser expressa através de múltiplas formas de evasão e má-fé, em que os padrões da razão constantemente mudam no esforço de fazer as questões sobre colonialismo e descolonização inertes e irrelevantes” (Maldonado-Torres, 2024, p. 34). Segundo o autor, a noção de *priori performativo* possui relevância por permear as demais teses.

A segunda tese tem a finalidade de estabelecer distinções entre colonialidade, colonialismo, decolonialidade e descolonização. Colonialismo, de um modo mais amplo, é entendido como a formação dos territórios coloniais ao

longo da história, sendo o colonialismo moderno direcionado ao modo como os impérios ocidentais colonizaram o mundo. Logo, esta última percepção é mais atrelada às ideias atuais sobre decolonialidade. A colonialidade é tratada, por Maldonado-Torres (2024), como a lógica global de desumanização ocasionada pelo colonialismo moderno – mesmo que tais colônias não existam mais de modo formal. Um exemplo neste sentido são as consequências da escravidão e a organização das relações de dominação por meio da raça e da relação de trabalho, como detalha Quijano (2005) ao caracterizar a noção de modernidade a partir do eurocentrismo.

Já a descolonização é ilustrada pelos movimentos de independência, em que os sujeitos colonizados desafiaram o poder dos ex-impérios. Representa, portanto, a luta contra a colonialidade em diferentes vertentes, como materiais, simbólicas e epistêmicas. A decolonialidade representa um movimento de resistência e luta em favor de algo maior do que a atual modernidade, esta tomada como uma narrativa temporal que a faz parecer um espaço privilegiado de civilização em oposição a outros espaços possíveis. Logo, a decolonialidade tem como princípio a busca de uma outra ordem mundial, pautada pela “luta pela criação de um mundo onde muitos mundos possam existir, e onde, portanto, diferentes concepções de tempo, espaço e subjetividade possam coexistir e também se relacionar produtivamente” (Maldonado-Torres, 2024, p. 36).

A colonialidade, além de ser catalisadora de violências, como mortes prematuras, tortura e estupro, também envolve uma transformação radical do saber, do ser e do poder, voltada para a manutenção da lógica colonial em relação às experiências do tempo, espaço e subjetividade.

As visões de mundo não podem ser sustentadas apenas pela virtude do poder. Várias formas de acordo e consentimento precisam ser partes delas. Ideias sobre o sentido dos conceitos e a qualidade da experiência vivia (ser), sobre o que constitui o conhecimento ou pontos de vistas válidos (conhecimento) e sobre o que representa a ordem econômica e política (poder) são áreas básicas que ajudam a definir como as coisas são concebidas e aceitas em uma dada visão de mundo (Maldonado-Torres, 2024, p. 42).

Para o autor, a colonialidade do saber, ser e poder envolve a naturalização das guerras e as modalidades das diferenças humanas que passam a constituir,

mesmo que parcialmente, a experiência moderna/colonial. Por isso, essas três dimensões fazem parte de uma visão de mundo que envolvem três componentes básicos: “Saber: sujeito, objeto, método. Ser: tempo, espaço, subjetividade. Poder: estrutura, cultura, sujeito” (Maldonado-Torres, 2024, p. 42). A subjetividade é um fator que perpassa as três dimensões, já que a concepção do sujeito envolve sua localização no tempo e no espaço, assim como na estrutura de poder e na cultura. O sujeito também possui relevância por ser o “agente” que conecta tais dimensões, sendo “um campo de luta e um espaço que deve ser controlado e dominado para que a coerência de uma dada ordem e visão de mundo continue estável” (Maldonado-Torres, 2024, p. 25). Tal noção é reforçada por Aníbal Quijano (2005), ao destacar que a dominação da intersubjetividade, da cultura e do conhecimento, é uma forma de controle do poder. É neste sentido que Catherine Walsh (2019), em uma discussão articulada à interculturalidade, ou seja, pela valorização das diferenças e trocas culturais, defende que tal paradigma possui o potencial de questionar a colonialidade do poder, por tornar visível a diferença colonial que “visibilize e rearticule em novas políticas de subjetividade de uma diferença lógica, torna-o crítico, pois modifica o presente da colonialidade do poder e do sistema-mundo moderno/colonial” (Walsh, 2009, p. 27).

Diante da problemática acerca das consequências da colonialidade, Maldonado-Torres (2024) apresenta cinco teses que demonstram as contribuições da decolonialidade enquanto projeto acadêmico-político de transformação. Uma sistematização dessas proposições é apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 – Decolonialidade, questionamentos e ações

Tese	Características
A decolonialidade está enraizada em um giro decolonial ou em um afastar-se da modernidade/colonialidade.	O giro decolonial lida com a atitude decolonial, quando o condenado possui o potencial de se distanciar dos imperativos e das normas que são impostos sobre ele, em atenção à colonialidade do saber, poder e ser. São citados os estudos de Fanon (2008) e Biko (2002) que exemplificam a mudança de atitude por pessoas negras atreladas às noções de consciência e a importância da atitude em relação à busca pelo método.

Decolonialidade envolve um giro epistêmico decolonial, por meio do qual o condenado emerge como questionador, pensador, teórico e escritor/comunicador.	É relatada como a comunicação pode ser um lugar de resistência em detrimento da solidão da condenação. Todavia, para isso, o ato de questionar é fundamental, algo possível através da comunicação de questões críticas que possuem relação com a experiência vivida. É discutida a percepção de Fanon (2008) sobre corpo contra imperativos que possam fechá-lo.
Decolonialidade envolve um giro decolonial estético (e frequentemente espiritual) por meio do qual o condenado surge como criador.	A noção de corpo aberto é retomada, mas desta vez atrelada à criatividade, refletindo sobre como criações artísticas podem constituir-se enquanto meios para autorreflexão crítica e propor novas experiências de tempo, espaço e subjetividade. Logo, é também um corpo preparado para ação.
A decolonialidade envolve um giro decolonial ativista por meio do qual o condenado emerge como um agente de mudança social.	Relaciona as estratégias ativistas de decolonizar o poder, o saber e o ser, articuladas também ao pensamento e à criatividade. O giro decolonial voltado à transformação social, neste sentido, deve-se afastar das instituições e lógicas que mantêm a modernidade/colonialidade.
A decolonialidade é um projeto coletivo.	Diante do sufocamento das ações questionadoras dos condenados por parte do mundo moderno/colonial, a decolonialidade deve ser interpretada como um projeto coletivo em que haja interlocução entre os sujeitos, criando, juntos, maneiras de romper a colonialidade do saber, poder e ser.

Fonte: Maldonado-Torres, 2024

As teses (Tabela 1) são basilares para o que o autor denomina como giro decolonial do condenado, enquanto atitude voltada para o rompimento da colonialidade sobre a experiência no mundo, atrelada ao saber, ser e poder.

2 ARTICULANDO DECOLONIALIDADE E TELEJORNALISMO

O pensamento de Maldonado-Torres (2024) permite refletir sobre a conexão do conceito de decolonialidade ao campo da comunicação. Conforme Villanueva et al. (2023), assumir a comunicação a partir das ideias decoloniais implica em uma posição política que abarca as perspectivas daquelas pessoas/agentes que foram historicamente excluídas dos processos comunicativos. Logo, a proposta envolve lidar com a comunicação como sendo aberta às ações de resistência e comprometida com a liberdade, em que “a pluralidade de vozes, atores e ideias transborda as consequências e atualizações da matriz colonial na comunicação, caracterizada até hoje pelo

silenciamento, subalternização, desumanização e dicotomias simplificadoras” (Villanueva et al., 2023, p. 19).

O telejornalismo é tomado nesta pesquisa como um lugar de referência na sociedade brasileira, transcendendo uma concepção exclusivamente tecnológica para refletir sobre seu papel enquanto produtor de conhecimento e de interpretação da realidade, contribuindo para a formação da visão de mundo dos espectadores (Vizeu, 2009; Porcello, 2011; Loschi, 2025). Com o avanço das novas tecnologias e do ambiente convergente, expande-se a interação das narrativas jornalísticas audiovisuais para outros ambientes, públicos e telas do ecossistema midiático, como plataformas de mídias sociais e de *streaming* (Pereira et al., 2023), ampliando seu alcance e reforçando o lugar de referência do telejornalismo – mesmo que em um lugar mais diverso em termos de oferta, consumo e circulação de informações.

O telejornalismo no Brasil teve influência, desde a concepção cênica dos noticiários, assim como os gêneros e formatos noticiosos, do modelo norte-americano. Telejornais das décadas iniciais de televisão brasileira, como o Repórter Esso, que foi “importado” da mídia radiofônica e dos Estados Unidos, e até mesmo o Jornal Nacional, veiculado até os dias atuais, tiveram suas origens no hemisfério Norte. Entretanto, cabe ressaltar que não houve uma submissão ao modo estadunidense de fazer telejornalismo. Kneipp (2008) ao realizar um histórico sobre o telejornalismo brasileiro, incluindo pesquisas com jornalistas, diz que:

[...] o brasileiro sempre consegue colocar, em tudo o que faz, mesmo que copiado, algo novo, algo local e que demonstre a sua personalidade própria e diferente de tudo o que existe. E no telejornalismo, isso não foi diferente, pois mesmo com toda a influência americana, o resultado final acabou mostrando características totalmente diferentes e únicas ao mundo todo (Kneipp, 2008, p. 209).

A autora relata o caso da reportagem de rua investigativa, que presente no campo profissional brasileiro, é praticamente inexistente nos Estados Unidos. Há ainda o fator cultural, evidenciado por pesquisas brasileiras que abordam o telejornalismo a partir da corrente teórica dos Estudos Culturais latino-

americanos. Assim, particularidades de uma configuração social e temporal da sociedade também se refletiram em um jornalismo singular, como foi o caso das entrevistas durante a Ditadura Militar (1964 - 1985). Antes dela, a entrevista era um formato totalmente ligado a política e após perdeu um pouco essa conexão, tornando-se um meio para induzir a reflexão da população e um recurso contra a censura (Silva, 2013).

A própria singularidade da configuração das emissoras de televisão hegemônicas do Brasil, de modelo privado/comercial, limita a emergência de um telejornalismo que valorize os aspectos socioculturais e étnicos regionais, que permitem um olhar decolonial. As emissoras comerciais/privadas, que possuem a maior parte da audiência e dos recursos financeiros, são organizadas por meio do sistema de afiliadas, em que telejornais de Norte a Sul do país precisam se adequar a diretrizes editoriais semelhantes, produzidas no eixo Rio-São Paulo (centro do poder econômico), limitando a emergência de formatos oriundos de demandas e aspectos socioregionais (Oliveira Filho, 2021). Desse modo, o telejornalismo independente e alternativo, oriundo de movimentos sociais e comunidades, pode emergir como espaço mais livre para a visibilidade das identidades locais e de suas disputas envolvendo a decolonialidade.

Resgatando as dimensões do poder, ser e saber, a decolonialidade no telejornalismo pode ser abordada através da instância de organizações que representam as mídias alternativas, distantes do modelo hegemônico. São associações envolvendo povos condenados, como quilombolas, indígenas e imigrantes, que buscam escapar do controle oriundo do modo de fazer comunicação pela lógica da colonialidade. Desse modo, tais populações não apenas contribuem com testemunhos, mas também integram o próprio processo produtivo.

Na instância da decolonialidade do ser, por exemplo, permite a produção de conteúdos de modo a dar visibilidade às manifestações críticas, questionadoras e artísticas, contribuindo para o giro decolonial. Além disso, ao permitir apresentar as vivências e experiências de povos que sofreram com os processos colonizadores, também auxilia a criação da identificação, ato necessário para que a decolonialidade se concretize enquanto projeto coletivo.

Para auxiliar sobre a compreensão de quem são os sujeitos condenados, recorreremos os estudos sobre linhas abissais e populações do Sul de Boaventura Sousa Santos (2021). Santos (2021) designa de Sul global não o recorte geográfico do planeta, mas sim um espaço epistemológico, sociopolítico e cultural que reflete, em nível metafórico, o sofrimento injusto causado pelas formas de dominação ligadas ao capital, raça e sexualidades. Por meio do que concebe como epistemologia do Sul, tem “[...] defendido que vivemos em sociedades capitalistas, colonialistas e patriarcais. Cada um desses modos de dominação cria vulnerabilidades, exclusões e discriminações específicas” (Santos, 2021, p. 104). Estes grupos estariam localizados em um dos lados da “linha abissal”: de seres considerados sub-humanos, ontologicamente inferiores em detrimento do lado aqueles dotados de toda a dignidade humana. O lado sub-humano da linha abissal é demarcada pela sociabilidade colonial, cuja existência não garante direitos em sua efetividade para o indivíduo, que pode, inclusive, ser sujeito ao fascismo social mesmo estando em sociedades de modelo democrático (Santos, 2021).

Com uma discussão ampliada durante o período pandêmico da Covid-19, o autor segmenta as populações do Sul em cinco grupos de acordo com linhas abissais que atravessam suas experiências de vida, com maiores ênfases naquelas ligadas ao capitalismo, à colonialidade e ao patriarcado. A identificação dessas populações pelas narrativas telejornalísticas demarca cautelas analíticas, de modo não apenas a refletir sobre como são representadas, mas também de verificar como características interseccionais (envolvendo raça, gênero e classe social) oferecem novas reflexões sobre os sistemas de dominação, violência e repressão atuantes nestes sujeitos.

Em relações aos grupos, são as seguintes populações de acordo com as linhas abissais: 1) *Econômica*: desempregados, trabalhadores sazonais e de rua, moradores de periferias pobres das cidades, favelas, sem teto e população de rua; 2) *Racista-colonialista*: povos indígenas, populações de matrizes africanas/negras e povos quilombolas, povo cigano, refugiado e imigrantes, pessoas internadas em campos de refugiados, imigrantes sem documentos e populações deslocadas internamente; 3) *Sexista*: mulheres, trabalhadores/as do

sexo e pessoas LGBTQIA+; 4) *Capacitista*: pessoas com deficiência e necessidades especiais; e 5) *Zonas de intermediárias de exclusão* (populações que podem ser excluídas em eventos sociais graves): pessoas excluídas do ambiente digital, idosas e presos e presas.

As populações afetadas pela linha abissal racista-colonialista nos chamam a atenção, por serem as principais atingidas pelas dominações atreladas ao saber, ser e poder na lógica da colonialidade, que perpassa as experiências de tempo, espaço e subjetividade. Apesar da epistemologia do Sul ser proposta por Santos (2021) antes mesmo do início da pandemia da Covid-19 em 2020, a atualização de seu pensamento ganhou força neste período, pois a crise global demonstrou que determinadas populações sofrem maior impacto em situações de anormalidade, ainda somado aos próprios sistemas de violência que fazem parte da colonialidade.

Desse modo, as narrativas telejornalísticas, enquanto processos de representação, constituição e circulação de sentidos, possuem papéis relevantes no que tange a visibilização das pessoas do Sul global.

3 ANÁLISE DO TELEJORNALISMO FRONTEIRIÇO A PARTIR DA DECOLONIALIDADE

Desde 2019 o Laboratório Lugares e Espaços Contemporâneos: Jornalismo, Migrações e Audiovisual (UFRR/CNPq), vinculado ao Curso de Jornalismo e ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima, tem buscando desenvolver reflexões críticas envolvendo a análise de conteúdos audiovisuais jornalísticos sobre a região fronteira de Roraima, que é composta por três países: Brasil, Guiana Inglesa e Venezuela. As áreas de fronteiras são espaços diversos em termos socioculturais, misturando línguas, costumes, tradições e disputas. Esses aspectos refletem-se nas narrativas noticiosas, inclusive por silêncios, que conforme identificado em pesquisas anteriores (Oliveira Filho; Hilgemberg, 2020), possuem sentidos que demonstram como o telejornalismo frequentemente não consegue lidar com as especificidades que perpassam pelas faixas de fronteiras, contribuindo com

discursos estereotipados e xenofóbicos que complicam, ainda mais, a inserção das populações do Sul³ nessas áreas.

Lidar com a decolonialidade nesse âmbito permite dois movimentos complementares: o primeiro, ligado à decolonialidade do poder, trata-se de realizar um mapeamento das ações de comunicação alternativa que oferecem um contraponto às organizações hegemônicas. Algumas dessas ações em Roraima podem ser exemplificadas pelos canais informativos da Hutukara Associação Indígena Yanomami, que possui um site e um perfil na plataforma Instagram voltados para a divulgação de conteúdos interculturais sob o olhar dos povos Yanomami; projetos universitários de vieses extensionistas, como os desenvolvidos pelo Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Roraima, entre eles o Amazoom, direcionado às questões étnicas, e o Somos Migrantes, que aborda a temática migratória; além de ações independentes que possuem em suas políticas editoriais a premissa de conceder visibilidade aos condenados, como o perfil do coletivo Resistir Produções, também no Instagram, e o site de jornalismo independente Correio do Lavrado.

Já a instância da decolonialidade do ser, que constitui o foco da proposta metodológica aqui empreendida, engloba a circulação de conteúdos que permitem a criação de uma consciência sobre o ser, no sentido de identificar como sua experiência no mundo tem sido subordinada à colonialidade. No caso das pessoas negras, por exemplo, como citado por Maldonado-Torres (2024) por meio do trabalho de Fanon (2008) e Biko (2002), ao adquirirem a consciência sobre a própria negritude, tais sujeitos possuem maior propensão a desenvolver atitudes decoloniais. Desse modo, considerando a referencialidade do telejornalismo na sociedade, seu potencial de elaborar narrativas que fornecem uma visão decolonial da sociedade é relevante – sem que se desconsidere também seu papel na manutenção da ordem regida pela colonialidade.

A proposta metodológica é organizada a partir da análise pragmática da narrativa jornalística de Motta (2013), que define a narrativa como uma

³ Como mencionado por Santos (2021), as populações do Sul não são atreladas ao espaço geográfico, como a relação Norte-Sul, mas sim, a um espaço epistemológico e social que, em um sentido metafórico, reflete muitas das consequências da colonialidade, como em aspectos ligados à raça e ao capital.

possibilidade de traduzir o conhecimento sobre o mundo. A concepção permite tensionar sobre qual conhecimento e seus sentidos o telejornalismo tem se dedicado a traduzir, já que a narrativa não é neutra e possui intenções por parte do enunciador – o que demonstra a importância de identificar as instâncias de produção, numa clara relação com o “poder” de quem tece a narrativa. Para isso, utilizamos como referência o método de análise do telejornalismo fronteiriço de Oliveira Filho (2020), que além da pragmática da narrativa de Motta (2013), também conjuga outras duas discussões: a de audiência presumida de Vizeu (2006) e da dramaturgia do telejornalismo de Coutinho (2006, 2018).

O conceito de audiência presumida de Vizeu (2006) busca compreender a influência das rotinas produtivas na definição do que é, ou não, notícia em um telejornal. O que o autor chama de “ditadura do tempo” acaba por sufocar a possibilidade de um aprofundamento na notícia, principalmente em temas delicados, que aqui são exemplificados pelas (possíveis) rotinas dos telejornais e produtores de audiovisual localizados em faixas fronteiriças. Essa situação torna-se mais problemática quando se associa a uma certa presunção da audiência pelos jornalistas, que se reflete nos roteiros do telejornal. Vizeu (2006, p. 27) identificou que os jornalistas “antecipam a audiência nos seus textos. Isso levou-nos a uma investigação mais recente que teve como preocupação estudar como o público está presentificado nos discursos jornalísticos”. Todavia, essa presunção da audiência não acontecia por pesquisas de recepção ou de opinião, mas pela intuição jornalística – ou pelo que o autor bem destaca, o dito “faro jornalístico”.

Conforme Vizeu (2006), a audiência presumida pode ser elaborada de maneira preconceituosa por excluir determinados públicos e estereotipar outros. No caso do telejornalismo fronteiriço, questiona-se como acontece a presunção das populações do Sul e aquelas condenadas pela colonialidade. Numa referência à dramaturgia do telejornalismo de Coutinho (2006, 2018), é possível identificar qual a posição desses sujeitos no drama cotidiano estruturado pelo noticiário televisivo, em que envolvem problemas e disputas. A pesquisadora busca a etimologia de drama nos clássicos da filosofia grega, sendo que “os valores e critérios de escolha usados no processo e nas rotinas de produção de

notícias em nossos telejornais também guardariam semelhanças com a dramaturgia, ou com a narratividade” (Coutinho, 2006, p. 107). Um dos principais atributos que permite a conversão de um acontecimento social em uma narrativa jornalística é a “existência de um conflito com a eventual identificação de seus personagens” (Coutinho, 2006, p. 107).

Nesse sentido, a forma de se observar a figuração dos personagens (como o sujeito condenado) e a própria temática onde estão inseridos, pode ocorrer de distintas maneiras. Uma delas é por meio da identificação do conflito social narrativo, que se caracteriza pela complexidade, intensidade e resolutividade (Coutinho, 2006). Outra forma é a de reconhecer a existência de um jogo hierárquico entre os personagens do conflito narrado, evidenciando poderes que articulam aspectos políticos, sociais e, sobretudo, de fala. “Assim é comum que os personagens sejam, ainda que de forma indireta, apresentados como concorrentes, e que assumam ora o papel de vencedores e ora o de vencidos” (Coutinho, 2006, p. 120).

A notoriedade da dramaturgia do telejornalismo aplicada às práticas jornalísticas em regiões de fronteiras é a de reconhecer as dinâmicas e os sentidos culturais que perpassam pelas narrativas e de buscar alternativas que possam desconstruir (e reconstruir de maneira inclusiva) os imaginários coletivos que frequentemente são relativos à colonialidade do ser. Oliveira Filho (2020) apresenta então uma proposta metodológica organizada por meio de indicadores simples que permitem - tanto no âmbito profissional, como no de pesquisa – refletir sobre as narrativas construídas pelo telejornalismo fronteiro. Os indicadores são como perguntas a serem feitas ao objeto analisado (reportagens, notícias, documentários, vídeos curtos em plataformas de redes sociais etc.). Nesta pesquisa, são realizadas modificações de acordo com a discussão empreendida sobre decolonialidade e telejornalismo, chegando, então, a seis indicadores:

- São abordadas pessoas com diferentes visões sobre o assunto?
- Os sujeitos que compõem as populações do Sul são entrevistados?
- A narrativa conduz para produção de sentidos que possibilite formar uma consciência sobre a experiência do condenado no mundo?

- É possível compreender as origens dos conflitos sociais a partir de aspectos ligados à colonização?
- A narrativa promove uma imersão em ações de atitudes decoloniais que podem gerar questionamentos?
- A narrativa permite a desconstrução de representações coletivas estereotipadas?

Os indicadores não são rígidos e limitantes, mas devem ser apropriados como fissuras de entrada para refletir sobre o audiovisual investigado, permitindo uma análise crítica acerca da estrutura e das estratégias da narrativa, das imagens utilizadas, dos enquadramentos de câmera e da presunção das audiências (Oliveira Filho, 2020). Ademais, deve-se ter em mente que pensar em um telejornalismo alinhado aos preceitos decoloniais envolve sua análise a partir do potencial de contribuição para o giro decolonial dos condenados – mesmo que este processo seja demorado e perpassasse por outras vivências para além daquelas proporcionadas pelas narrativas jornalísticas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão aponta que é possível articular as ideias decoloniais ao telejornalismo, em especial, o produzido em regiões de fronteiras. As teses de Maldonado-Torres (2024), ao serem articuladas com discussões teóricas que também consideram a realidade latinoamericana, como a de Quijano (2005) e Walsh (2019), demonstram que a concepção de modernidade, como a própria noção de civilização, são atreladas aos efeitos da colonialidade instaurada pelas potências do Norte global, inclusive no nível da subjetividade. Consequentemente, as narrativas telejornalísticas foram influenciadas por tais aspectos, contribuindo para a manutenção da colonialidade na sociedade.

Apesar da forte influência norte-americana e europeia, o telejornalismo brasileiro não foi passivo ao que podemos chamar aqui de “colonização midiática”. A pesquisa bibliográfica apontou que diversas adaptações permitiram que o jornalismo nacional adquirisse também um contorno singular. Apesar do “engessamento” causado pelas grandes organizações de mídia, a produção alternativa, comunitária e independente, mesmo com as dificuldades financeiras

e de apoio, possuem grande potencial para contribuir com o giro decolonial, apresentando novas formas de pensar a modernidade e abordando temáticas que geram o sentimento de identificação entre os condenados. É neste aspecto que a decolonialidade ganha solidez como projeto acadêmico-político voltado à transformação social que permite questionar e ressignificar o poder, o saber e o ser.

O jornalismo audiovisual adquire relevância neste contexto por ser uma instância que envolve a coletividade e se reflete no debate público, por meio do consumo, da apropriação e da recirculação. Muitas das narrativas jornalísticas, quando trazem para a superfície a origem de problemas cotidianos que afetam os condenados, resgatando o colonialismo e destacando no presente a violência da colonialidade, acabam por contribuir com processos de identificação que podem levar, em conjunto com outros fatores, à ação e ao giro decolonial.

Como já mencionado, o método proposto para a análise do telejornalismo na perspectiva decolonial não é rígido. Deve ser adaptado ao problema e aos objetivos de pesquisa, além de considerar a realidade fronteiriça que envolve o telejornalismo tomado como objeto de investigação. Entretanto, sua principal contribuição é o de questionar o telejornalismo, o que justifica o formato dos indicadores como perguntas, visto que é frequente nos estudos do jornalismo a ausência de um olhar crítico sobre como as narrativas representam um modo de ver o mundo, sem considerar tantas outras formas, pessoas e conhecimentos que foram sufocadas pelo colonialismo, a exemplo dos saberes de povos originários e as tradições populares.

REFERÊNCIAS

- BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2024, p. 09-26.
- COLLINS, P. H. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Revista Parágrafo**, v. 5, n. 1, 6-17, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>. Acesso em: 23 mai. 2025.
- COUTINHO, I. M. Telejornal e narrativa dramática: um olhar sobre a estrutura da informação em TV. In: VIZEU, A.; MOTA, C.; PORCELLO, F. (Orgs.). **Telejornalismo: a nova praça pública**. Florianópolis: Insular, 2006, p. 99-124.
- COUTINHO, I. M. Compreender a estrutura e experimentar o audiovisual -da dramaturgia do telejornalismo à análise da materialidade. In: Emerim, C.; Coutinho, I. M.; Finger, C. (Orgs.) **Epistemologias do telejornalismo brasileiro**. Florianópolis: Insular, 2018, p. 175-194.
- KNEIPP, V. **Trajetória da formação do telejornalista brasileiro: as implicações do modelo americano**. 2008. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, São Paulo, 2008. 245 p.
- LOSCHI, M. Internet chega a 74,9 milhões de domicílios do país em 2024. **Agência IBGE**, 24 jul. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44031-internet-chega-a-74-9-milhoes-de-domicilios-do-pais-em-2024>. Acesso em: 29 out. 2025.
- MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2024, p. 27-54.
- MOTTA, L. G. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora UnB, 2013.
- NERY, C. Internet foi acessada em 72,5 milhões de domicílios do país em 2023. **Agência IBGE**, 15 ago. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41024-internet-foi-acessada-em-72-5-milhoes-de-domicilios-do-pais-em-2023>. Acesso em: 23 mai. 2025.

OLIVEIRA FILHO, J. T. Telejornalismo fronteiriço e migrações: Notas conceituais aplicadas à realidade brasileira. In: Emerim, C.; Pereira, A.; Coutinho, I. (Orgs.) **Telejornalismo 70 anos: o sentido das e nas telas**. Florianópolis: Insular, 2020, p. 144-154.

OLIVEIRA FILHO, J. T. Televisão regional no Brasil: uma proposta de sistematização de períodos históricos. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 10, n. 1, p. 131-148, 2021. DOI: 10.26664/issn.2238-5126.102202111016

OLIVEIRA FILHO, J. T.; HILGEMBERG, T. A representação de venezuelanos e venezuelanas na mídia local em Roraima. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 19, n. 1, p. 144-454, 2020. DOI: 10.55738/alaic.v19i33.623.

PEREIRA, A. C.; MELLO, Edna; FINGER, C.; EMERIM, C. (Orgs.). **Na TV e em outras telas**. Florianópolis: Insular, 2023.

PORCELLO, F. A. C. Desafios, limites e possibilidades da rede de pesquisadores em telejornalismo. **Brazilian Journalism Research**, v. 7, n. 2, p. 43–57, 2011. DOI: 10.25200/BJR.v7n2.2011.337

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278.

SANTOS, B. S. **O futuro começa agora**. São Paulo: Boitempo, 2021.

SILVA, F. M. Entrevista no telejornalismo? Configurações históricas da vigilância em programas de entrevista. **Rumores**, v. 7, n. 14, p. 62-79, 2013. DOI: 10.11606/issn.1982-677X.rum.2013.69430

STUMPF, I. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005, p. 51-61.

VILLANUEVA, E.; LIMA, V.; CARRASCO, H. Comunicação-decolonialidade: insurgências epistêmicas, teóricas e práticas. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 22, n. 42, p. 18-22, 2023. DOI: 10.55738/alaic.v22i42.1016

VIZEU, A. Telejornalismo: das rotinas produtivas à audiência presumida. In: VIZEU, A.; MOTA, C.; PORCELLO, F. (Orgs.). **Telejornalismo: a nova praça pública**. Florianópolis: Insular, 2006, p. 19-40.

VIZEU, A. O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica. **Revista Famecos**, v. 16, n. 40, p. 77–83, 2009. DOI: 10.15448/1980-3729.2009.40.6321

WALSH, C. Interculturalidade e Decolonialidade do Poder: um pensamento e posicionamento "Outro" a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade de Pelotas**, v. 5, n. 1, p. 6-39, 2019. DOI: 10.15210/rfdp.v5i1.15002